Curso: Concessões, Parcerias Público-Privadas & Regulação de Serviços Públicos – Teoria Essencial e Prática

(*) Capacitação online ou presencial com 20 horas/aula.

(**) O programa pode ser ajustado para o perfil do cliente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Breve contextualização da infraestrutura nacional

- 1.1. A competitividade brasileira
- 1.2. Principais obstáculos para se fazer negócios no Brasil
- 1.3. Investimento público em infraestrutura (Brasil, outros países, investimento público versus investimentos privados)
- 1.4. Alguns desafios para melhorar o ambiente de negócios
- 1.5. Breve reflexão sobre as consequências da Pandemia da Covid-19 para os setores de infraestrutura
- 1.6. O caminho para prover o Brasil de infraestrutura adequada
- 1.7. Alguns setores de infraestrutura passíveis de concessões de serviços públicos e de PPP na modalidade patrocinada
- 1.8. Algumas atividades/serviços passíveis de PPP na modalidade administrativa

2. Unidade de governança de parcerias: O Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (PPI) e suas lições e boas práticas.

3. Noções básicas de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada

- 3.1. Definição de concessão de serviços públicos
- 3.2. Definição de Parceria Pública-Privada – PPP (Patrocinada e Administrativa)
- 3.3. Marco legal e regulatório aplicável às concessões de serviços públicos e às PPP
- 3.4. O Programa Nacional de Desestatização – PND – Avaliação de Ativos
- 3.5. Formas de estruturar projetos de concessão e de PPP
- 3.6. Estruturação de concessão ou de PPP
 - 3.6.1. Fase Interna (dentro do governo)

- 3.6.2. Fase Externa
- 3.7. O fluxo de caixa de concessão de concessão de serviços públicos e de PPP
 - 3.7.1. Estrutura básica do fluxo de caixa
 - 3.7.2. Finalidade e relevância do fluxo de caixa para as contratações de parcerias
 - 3.7.3. Importância da consistência na estruturação do fluxo de caixa para parceria
 - 3.7.4. Relevância dada aos EVTEA pelo controle externo
 - 3.7.5. O fluxo de caixa e sua influência na formulação das propostas dos licitantes
 - 3.7.6. Risco de demanda assumido pelo concessionário versus EVTEA/Fluxo de Caixa

4. Regulação de Serviços Públicos:

- 4.1. Conceito de regulação
- 4.2. Desafio das Agências Reguladoras quanto à regulação
- 4.3. Por que regular?
- 4.4. Lógica de estruturação de um sistema regulatório
- 4.5. Principais teorias da regulação
- 4.6. Regulação econômica
- 4.7. Modelos de regulação de preços
- 4.8. Regulação de preços discricionária
- 4.9. Regulação de preços por contrato

5. Breve revisão de Avaliação de Ativos (parte teórica e demonstração prática em Fluxo de Caixa de projeto de parceria na planilha de Excel)

- 5.1. Critérios de avaliação de projetos: custo de oportunidade
- 5.2. Métodos para avaliar a rentabilidade financeira de um projeto
 - 5.2.1. *Payback*
 - 5.2.2. Taxa Interna de Retorno (TIR)
 - 5.2.3. Valor Presente Líquido – VPL

5.2.4. Taxa de Custo de Capital ou Taxa de Desconto

5.2.5. Método de Custo Médio Ponderado de Capital (WACC)

6. Estudos de Viabilidade Técnica, Econômico-financeira – EVTEA e FLUXO DE CAIXA (parte teórica e demonstração prática em Fluxo de Caixa de projeto de parceria na planilha de Excel)

- 6.1. A tarifa e o ciclo de vida do projeto
- 6.2. O que é o fluxo de caixa de parceria?
- 6.3. Como projetar fluxo de caixa: dados reais ou estimativas?
- 6.4. Objetivo do fluxo de caixa
- 6.5. Racional para estruturação do fluxo de caixa
- 6.6. O Fluxo de Caixa de uma parceria (concessão ou PPP)
- 6.7. Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)
- 6.8. Fluxo de Caixa desalavancado
- 6.9. Fluxo de Caixa alavancado
- 6.10. Estruturação do Fluxo de Caixa de parceria
 - 6.10.1. Projeção da demanda e da receita operacional
 - 6.10.2. Projeção dos custos operacionais (Opex)
 - 6.10.3. Projeção dos investimentos (Capex)
 - 6.10.4. Projeção dos impostos
 - 6.10.5. Depreciação e amortização

7. Fluxo de Caixa de concessão de serviço público versus Fluxo de Caixa de PPP: o que altera nas modelagens dessas parcerias? (parte teórica e demonstração prática em Fluxo de Caixa de projeto de parceria na planilha de Excel)

- 7.1. Definição de concessão tradicional de serviço público (Lei n.º 8.987/1995)
- 7.2. Definição de PPP: patrocinada e administrativa (Lei n.º 11.079/2004)

8. Concessão de serviços públicos de infraestrutura (Lei n.º 8.987/1995)

- 8.1. Principais características
- 8.2. Definições de Poder Concedente, concessão de serviços públicos e concessões de serviços públicos precedida da execução de obra pública (parte teórica e demonstração prática em Fluxo de Caixa de projeto de concessão na planilha de Excel)
- 8.3. Serviço Adequado
- 8.4. Política Tarifária
- 8.5. Licitação
- 8.6. Edital de licitação
- 8.7. Constituição de Sociedade de Propósito Específico - SPE
- 8.8. Contrato de concessão
- 8.9. Mecanismos privados de resolução de conflitos e arbitragem
- 8.10. *Step-in right* ou direito de assunção do negócio financiado
- 8.11. *Project Finance*
- 8.12. Encargos do Poder Concedente
- 8.13. Encargos da concessionária
- 8.14. Extinção da concessão
- 8.15. Indenização à concessionária

9. Parceria Público-Privada (PPP) – Lei n.º 11.079/2004:

- 9.1. Principais características
- 9.2. Definição de PPP (parte teórica e demonstração prática em Fluxo de Caixa de projeto de PPP na planilha de Excel)
 - 9.2.1. Concessão patrocinada
 - 9.2.2. Concessão administrativa
 - 9.2.3. Vedação para celebração de contratos de PPP
 - 9.2.4. Regência legal
 - 9.2.5. Diretrizes para celebração de PPP
 - 9.2.6. Cláusulas especiais de contratos de PPP (prazo, penalidades aplicáveis à Administração Pública, matriz de riscos entre as partes, formas de remuneração,

critérios de avaliação de desempenho e cronograma/marcos para o aporte de recursos)

- 9.2.7. Formas de pagamento da contraprestação pública
- 9.2.8. Pagamento de remuneração variável ao parceiro privado
- 9.2.9. Momento de pagamento da contraprestação
- 9.2.10. Aportes de recursos públicos
- 9.2.11. Sociedade de Propósito Específico (SPE)
- 9.2.12. Condicionantes para abertura do processo licitatório de PPP
- 9.2.13. Mecanismos privados de resolução de conflitos e arbitragem
- 9.2.14. Critérios para seleção do parceiro privado
- 9.2.15. Órgão Gestor de PPP
- 9.2.16. Fundo Garantidor de PPP
- 9.2.17. Garantia de União às PPP de estados, município e DF

10. Avaliação dos orçamentos de investimentos na estruturação de parceria

- 10.1. Projeto executivo
- 10.2. Projeto básico
- 10.3. Elementos do projeto básico – concessão de serviços públicos
- 10.4. Anteprojeto - PPP
- 10.5. Análise do controle externo

11. O equilíbrio econômico-financeiro (EEF) de contrato de concessão ou de PPP (parte teórica e demonstração prática em Fluxo de Caixa de projeto de parceria na planilha de Excel)

- 11.1. Incompletude dos contratos de parcerias
- 11.2. Breve histórico da evolução do princípio do EEF
- 11.3. O EEF no Brasil
- 11.4. Princípios da prestação de serviços públicos mais afetos à teoria do EEF
- 11.5. Cláusulas contratuais regulamentares
- 11.6. Cláusulas contratuais econômico-financeiras

- 11.7. Mutabilidade do contrato de parceria
- 11.8. Dimensões do EEF
- 11.9. Atores envolvidos na manutenção do EEF
- 11.10. Desafio comum dos atores quanto à manutenção do EEF
- 11.11. Desafio especial dos entes reguladores quanto à manutenção do EEF
- 11.12. Teoria das Áleas
- 11.13. Áleas Ordinárias versus Áleas Extraordinárias
- 11.14. Álea extraordinária econômica: Teoria da Imprevisão
- 11.15. Áleas Extraordinárias Administrativas
 - 11.15.1. Poder de alteração unilateral do contrato
 - 11.15.2. Fato do Príncipe
 - 11.15.3. Fato da Administração
 - 11.15.4. Fato de força maior
- 11.16. Mecanismo de preservação do EEF: Reajuste
- 11.17. Mecanismo de restabelecimento do EEF: Revisão Ordinária
- 11.18. Mecanismo de restabelecimento do EEF: Revisão de Parâmetros ou Periódica
- 11.19. Mecanismo de restabelecimento do EEF: Revisão Extraordinária
- 11.20. Algumas formas de implementação das revisões
- 11.21. O fluxo de caixa marginal para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

12. Matriz de repartição de riscos

- 12.1. O que é risco?
- 12.2. Matriz de repartição de riscos
- 12.3. Objeto da matriz de repartição de riscos
- 12.4. Necessidade de internalização da matriz de repartição de risco nos contratos
- 12.5. Etapas da gestão de riscos
- 12.6. Métodos de identificação e avaliação qualitativa do risco
- 12.7. Alocação eficiente dos riscos às partes

12.8. Principais erros quanto à alocação de riscos em contratos de parcerias

13. Sistema de aferição dos indicadores de desempenho de uma PPP

14. Ciclo de vida do projeto de parceria

- 14.1. Planejamento setorial
- 14.2. Estudos de Pré-Viabilidade Técnica, Econômico-Financeira e Ambiental
- 14.3. Importância da avaliação ambiental
- 14.4. Seleção e priorização de projetos que apresentem pré-viabilidade
- 14.5. Execução dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômico-Financeira e Ambiental – EVTEA
- 14.6. Formas de estruturação dos EVTEA
 - 14.6.1. Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI)
 - 14.6.2. Manifestação de Interesse Privado (MIP)
 - 14.6.3. Contratação de consultoria especializada
 - 14.6.4. Outras formas de estruturação
- 14.7. Estruturação dos instrumentos jurídicos para contratação da parceria (edital e minuta do contrato)
- 14.8. Aprovação da modelagem dos EVETA
- 14.9. Consulta e Audiência Pública
- 14.10. Análise e manifestação do tribunal de conta
- 14.11. Publicação do edital de licitação
- 14.12. Demais etapas: leilão, assinatura do contrato e início da execução contratual

15. Acompanhamento de processo de contratação de parcerias pelos tribunais de contas: Acompanhamento pelo TCU (IN 81/2018)